

## **SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639 NA FORMAÇÃO INICIAL EM GEOGRAFIA**

Fernando José Primo do Nascimento<sup>1</sup>

### **RESUMO**

A Lei nº 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira é uma conquista para os movimentos negros que sempre buscaram dar visibilidade às suas lutas, cultura e ao papel da população negra na formação histórica da sociedade nacional nas mais diferentes áreas. Porém, as exigências legais sozinhas não garantem que haverá mudança efetiva nas matrizes curriculares. Este trabalho de pesquisa tem como objetivo elucidar se, e de que maneira, a temática étnico-racial tem sido abordada nos currículos de formação inicial docente. A pesquisa possui como recorte os cursos de licenciatura em Geografia das universidades públicas federais, instituições que por seu caráter público possuem um dever legal, mas também político, de promoção e fortalecimento de políticas educacionais cujo objetivo seja uma educação transformadora. Preliminarmente, constatamos que em todas as unidades da federação que possuem cursos de licenciatura Geografia em universidades federais houve a inserção de conteúdos que abordam a temática, seja em disciplinas específicas ou outras com as quais o tema dialoga.

**Palavras-chave:** Lei nº 10.639/2003, Ensino de Geografia, Relações étnico-raciais.

### **ABSTRACT**

Law No. 10.639/2003, which made it compulsory to teach Afro-Brazilian History and Culture, is an achievement for black movements that have always sought to give visibility to their struggles, culture and the role of the black population in the historical formation of national society in the most diverse areas. However, legal requirements alone do not guarantee that there will be an effective change in curricula. The aim of this research is to elucidate whether and how ethnic-racial issues have been addressed in initial teacher training curricula. The research focuses on Geography degree courses at federal public universities, institutions which, due to their public nature, have a legal and political duty to promote and strengthen educational policies aimed at transforming education. Preliminarily, we found that in all the states of the federation that have Geography degree courses at federal universities, there has been the insertion of content that addresses the issue, either in specific subjects or others with which the topic dialogues.

**Keywords:** Law 10.639/2003, Geography teaching, Ethnic-racial relations.

### **INTRODUÇÃO**

A Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira, é uma conquista para os movimentos negros que sempre buscaram dar visibilidade

---

<sup>1</sup> Doutorando do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás – UFG, [fernando.primo@discente.ufg.br](mailto:fernando.primo@discente.ufg.br);

às suas lutas, cultura e ao papel da população negra na formação histórica da sociedade nacional nas mais diferentes áreas. Porém, as exigências legais, ainda que sejam fundamentais, sozinhas não garantem que haverá uma mudança efetiva nas matrizes curriculares. Além da legislação, é preciso que haja um empenho de toda sociedade, inclusive da comunidade acadêmica, no sentido de investigar alternativas de implementação da referida lei para que ela cumpra seu objetivo, que é o combate ao racismo e as discriminações que atingem a população afrodescendente.

Nesse sentido, o trabalho de pesquisa que estamos desenvolvendo tem como objetivo elucidar de que maneira a temática etnicorracial tem sido abordada nos currículos de formação inicial docente. A pesquisa possui como recorte os cursos de licenciatura em Geografia das universidades públicas federais pois estas são instituições que por seu caráter público possuem um dever não apenas legal, mas também político de promoção e fortalecimento de políticas educacionais cujo objetivo seja uma educação transformadora. Além disso, elas são reconhecidas no país pelo importante papel no desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão nas mais diferentes áreas do conhecimento.

Adotamos como metodologia uma análise crítica dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) tentando identificar se há disciplinas que abordam o tema, o que dizem suas ementas e como estão estruturados seus programas analíticos, quais as bibliografias sugeridas e quais as perspectivas dessas autorias.

O trabalho, que está em andamento, permitiu identificar preliminarmente que tem havido algum esforço por parte das universidades federais no sentido de inserir nos seus PPCs a temática etnicorracial. Constatamos que atualmente em todas as unidades da federação que possuem cursos de Geografia houve a inserção de conteúdos que abordam a temática, seja em disciplinas específicas, ou outras com as quais o tema dialoga.

Esse aumento pode ser resultado dos seguintes fatores, entre outros: o primeiro diz respeito à obrigatoriedade da inclusão da temática etnicorracial, que se tornou um item relevante no processo de avaliação de cursos realizado pelo Estado; um segundo fator está relacionado a iniciativa de docentes, sobretudo, negras e negros, que desenvolvem suas pesquisas com foco nas relações raciais.



Mas, apesar do aumento no número de disciplinas ainda é prematuro afirmar que está havendo uma mudança de fato pois é preciso analisar criticamente os conteúdos das disciplinas, algo que será executado nas próximas fases do trabalho.

## **METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste trabalho envolve principalmente pesquisas documentais, especialmente dos PPCs dos cursos de licenciatura em Geografia das universidades federais, a fim de verificar se há a afirmação de que o curso contempla o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e em quais disciplinas tais conteúdos são ministrados. Além de analisar os programas analíticos de cada disciplina indicada como contempladora da Lei 10.639/03 nos respectivos PPCs para identificar a partir de qual perspectiva a temática étnico-racial tem sido abordada, ou seja, se uma visão que valorize as contribuições positivas da população negra ou uma visão ainda eurocentrada.

Cabe assinalar que todos os projetos foram solicitados via Lei de Acesso à Informação (12.527/2011). A análise crítica desses conteúdos nos possibilita compreender quais as estratégias adotadas pelos cursos de Geografia das universidades federais para a implementação da temática africana e afro-brasileira.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com Santos (2014), as reivindicações políticas da área de educação sempre perpassaram toda luta dos movimentos negros. Mas foi na década de 1980, a partir da realização de vários encontros regionais dos movimentos negros brasileiros, que as demandas da área educacional ganharam ainda mais prioridade. Além de constatar a “invisibilidade” das contribuições positivas do negro na formação da sociedade, tais encontros propuseram estratégias para a implantação de ações educacionais inclusivas, focadas sobretudo na integração da população negra no ambiente escolar. Propuseram também a criação de parâmetros curriculares “que terminassem com a colonização intelectual, o eurocentrismo (ou brancocentrismo) e os problemas atinentes à autoestima e à evasão escolar dos(as) discentes negros(as), todos decorrentes dos prismas ideológicos sustentados pelo sistema educacional” (Santos, 2014, p. 129).

Todavia, somente a lei não é capaz de assegurar a inclusão e a discussão da temática etnicorracial nos currículos nem o desenvolvimento de novas pedagogias que despertem e fortaleçam uma consciência antirracismo entre os/as discentes. Ao analisar o curso de Ciências Sociais de uma instituição federal de ensino superior, Santos (2019) constatou que algumas autorias, indicadas nas bibliografias e/ou referências contidas nos programas analíticos dos cursos, reforçavam preconceitos e visões claramente racistas, contrariando o que estabelece a Lei 10.639 e a Resolução CNE/CP N° 01.

Ao analisarmos o curso de Geografia da mesma instituição chegamos a conclusões muito próximas. Diante disso, passamos a nos questionar se nos demais cursos de graduação em Geografia estava ocorrendo semelhante situação.

Para Santos (2010) o currículo é algo em constantes disputas por diferentes atores sociais, e estas disputas impactam a construção dos currículos escolares. Assim, o desenvolvimento de novas perspectivas pedagógicas de combate ao racismo, com a inserção da temática racial nos currículos escolares, ocorrerá sempre em meio às disputas entre diversos atores, contrários e favoráveis (Santos, 2010). Mas, ainda são muitos os desafios para a revisão e a produção de novos conteúdos sobre África e seus descendentes, dentro e fora do continente africano.

Analisando o ensino de geografia de África, Ratts (2006) constatou que ainda prevalece um conhecimento estereotipado sobre o continente africano e sobre sua população. Socioeconomicamente são privilegiadas questões sobre pobreza e fome, com relação à sua população o discursos focam uma perspectiva tribal das diferentes comunidades sejam elas urbanas ou rurais. Tais abordagens, entre outras atitudes, em nada contribuem para a superação de uma geografia eurocentrada e colonizada, tão combatida pelos movimentos sociais negros. Por isso, salienta Ratts, ainda persistem visões herdadas do colonialismo cujas perspectivas de ensino não são capazes de explicar “[...] a diversidade social e espacial presente em África, [predominando] a noção de um “continente selvagem” deixando ausente uma África urbanizada e desenvolvida ( Ratts, 2006).

As representações sobre o continente africano a partir de um ponto de vista eurocêntrico, colonizado e discriminatório, reflete negativamente na ciência geográfica brasileira, na medida em que não só o território africano é visto e representado como lugar do atraso, mas as suas populações também. A superação desta visão preconceituosa exige que

abandonemos o que Wedderburn classificou como o “empenho eurocêntrico”, que “[...] ainda hoje continua dominando os estudos africanos, constituindo um sério obstáculo para a elucidação da realidade histórica desse continente.” (Wedderburn, 2005).

No campo acadêmico observa-se uma produção escassa porém significativa, como constataram Passos e Nogueira (2018) ao analisar os artigos da revista “Terra Livre”, no período de 2003 a 2017. De acordo com as autoras, ainda que relevante “para ampliar a percepção de estudantes e professores de geografia sobre as demandas dos afro-brasileiros”, os trabalhos sobre a temática etnicorracial se mostram ainda poucos se comparados a outros temas (Passos e Nogueira, 2018. p. 138).

Nos programas de Pós-graduação em Geografia a situação não tem se mostrado muito diferente. A pesquisa de Siqueira e Correa (2014) detectou uma produção “irrisória”. Além da baixa produção, o que chamou a atenção dos autores foi a ausência de uma produção sobre a questão étnico-racial e educação. De acordo com os autores, “nenhum trabalho encontrado problematizou essa temática [étnico-racial] e a lei [10.639/03], ou, ao menos, dedicou um mínimo espaço para a discussão do ensino de Geografia” (Siqueira e Correa, 2014, p. 13).

Percebemos assim que as dimensões espaciais das relações raciais ainda são um campo de estudo que carece de investigações. Segundo Passos e Nogueira (2018), a mudança nesse quadro produtivo só será “possível a partir da produção de intelectuais (negros ou não) [...] que percebam a questão racial como questão social [...]” e a Geografia como um campo de saber capaz de “embasar a ação do Estado, ao fundamentar, por exemplo, políticas públicas que venham a contribuir com a luta antirracista [...]” (Passos e Nogueira, 2018. p. 142).

Anjos (2005), por sua vez, apontou a falta de espaços para o desenvolvimento de conteúdos geográficos referentes ao continente africano e sobre os africanos, tanto nas universidades públicas, quanto nas privadas. De acordo com o autor, quase não havia disciplinas específicas sobre a Geografia da África ou disciplinas que abordassem as relações etnicorraciais. Ele constatou que a disciplina Geografia da África não existia nos cursos de graduação, ou quando as discussões sobre o continente africano ou sobre seus habitantes ocorriam, estas estavam inseridas dentro de outras disciplinas. Tal fato apontava uma precariedade de espaço na universidade para o desenvolvimento de conteúdos geográficos da África, concluiu o autor (Anjos, 2005).



Nos últimos anos observa-se um aumento importante no quantitativo de pesquisas. Esse aumento está relacionado em parte às demandas impostas pela Lei nº 10.639/2003 e a obrigatoriedade de inserção da temática nos currículos dos cursos de formação inicial de docentes, mas também ao crescente número de pesquisadoras negras e negros que, devido às ações afirmativas, romperam barreiras e ocuparam o espaço acadêmico seja como discentes ou, em menor escala, como docentes.

De acordo com Mendes e Ratts (2017), é possível verificar uma multiplicidade das abordagens nas diversas disciplinas por eles encontradas quando o tema é a África. No entanto, segundo os autores a maioria das referências na área são de estudos de antropólogos e historiadores, principalmente com um viés decolonial. No que diz respeito à ciência geográfica, os autores identificaram algumas poucas instituições públicas de ensino superior que contam com pesquisadores/docentes “em consonância com a legislação federal [e que] têm lecionado disciplinas com a temática do continente africano nos cursos de Geografia, elencando a pluralidade de áreas e subáreas da Geografia da África” (Mendes e Ratts, 2017).

Nossa pesquisa, cujos dados ainda estão em fase inicial de análise, também constatou um aumento expressivo no número de disciplinas se compararmos com os primeiros estudos, citados anteriormente. Nota-se, conforme Quadro 1, que em todas as regiões geográficas há universidades públicas federais que afirmam contemplar a História e Cultura Afro-brasileira nos cursos de graduação em Geografia, seja em disciplinas específicas ou não.

Quadro 1 – Universidades cujas disciplinas abordam a História e Cultura Afro-brasileira.

Região	Universidades	Disciplinas
Norte	UNIR; UNIFAP; UFOPA	6
Nordeste	UFRN; UNIVASF; UFPB, UFMA; UFAL; UFCG	15
Sudeste	UFOP; UNIFAL; UFSJ; UFES; UFRRJ; UFSCAR; UFRJ	13
Centro-Oeste	UFGD; UFJ	2
Sul	UNIPAMPA; UNILA; UFPR; UFFS; UFSM	13
Total		49

Fonte: Primo do Nascimento, 2023.



Pudemos observar a grande diversidade de temas e abordagens. Mas, um fato que chama atenção é que são poucas as disciplinas que fazem uma relação entre a Geografia e a temática etnicorracial de maneira explícita. Conforme Quadro 2, apenas 3 disciplinas explicitam a ligação entre Geografia e relações étnico-raciais.

Quadro 2 – Disciplinas: temas e abordagens

Tema	Disciplina
Geografia e África	África do Sul do Saara; África: na Nova Ordem Mundial; Geografia Africana e Afro-Brasileira; Geografia da África; Geografia do Espaço Africano; Geografia Regional da África; Geografias Africanas; Geopolítica da África; Tópicos Especiais em Geografia Humana: Estudos sobre África.
ERER	Diversidade étnico-racial, gênero e sexualidade; Educação das Relações etnicorraciais; Educação e Relações étnico-raciais; Educação e Relações étnico-raciais na Escola; Educação Étnico-Racial; Educação para as Relações étnico-raciais; Gênero, Diversidade, Relações étnico-raciais e Direitos Humanos; Relações etnicorraciais e Africanidades; Relações étnico-raciais e Afro-Descendência; Relações etnicorraciais na Escola; Relações etnicorraciais; Tópicos em Cultura e Diversidade Étnico-Racial.
Geografia e ERER	Geografia e Educação para Relações étnico-raciais (GERER); Geografia e Relações étnico-raciais; Formação Étnico-Racial e Territorial Brasileira.
História, Diáspora, Escravidão	Diáspora Africana no Brasil; Escravidão Africana nas Américas; História da África e Cultura Afro-Brasileira; História das Áfricas I e II; História dos Afrodescendentes no Brasil; História e Cultura Afro-Brasileira; História e Historiografia da Escravidão no Brasil Imperial; Tópicos em História da Cultura Africana e Afro-Brasileira I e II; História da Cultura; História do Brasil.
Geografia/História Indígenas	História Indígena; Geografia Escolar Indígena.
Outras	Amazônia, Fronteiras e Territórios; Cartografia Social; Currículo e Diversidade Humana I e II; Diversidade e Identidade Cultural na Sociedade Brasileira; Educação e Diversidade; Educação em Direitos Humanos; Educação Escolar Quilombola; Fundamentos de América Latina I e II; Geografia Cultural; Geografia e Diversidade; Geografia e Práticas Pedagógicas para Educação do/no Campo; Geografias Descoloniais; O Negro na Complexidade Educacional Brasileira.

Fonte: Primo e Ratts, 2022.

Outra constatação é que o aumento no número de disciplinas não se reflete na contratação de docentes para lecionar tais conteúdos nos cursos de Geografia. Verificamos



que apenas duas instituições, num universo de cinquenta e três, dizem ter realizado contratações com tal finalidade, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Universidades que contrataram docentes

Região	Universidades	Docentes
Norte	UFT	2
Sudeste	UFRRJ	1
Total		3

Fonte: Primo do Nascimento, 2023

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) afirmou ter contratado através de concurso público dois docentes para o campus UFT de Araguaína, com regime de trabalho de dedicação exclusiva, para essa finalidade em 2014 e 2019. Por sua vez, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) afirmou ter contratado um docente efetivo no ano de 2014. Essa constatação do baixo número de docentes faz supor que tais conteúdos são trabalhados por departamentos que não o de Geografia, e que tais docentes não necessariamente possuem uma trajetória que valorize a temática etnicorracial como objeto de pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, desde o surgimento da Lei nº 10.639/2003 até o presente momento, parece haver em curso um processo de mudanças nos currículos de formação inicial de docentes nas universidades públicas federais com o aumento de disciplinas que abordam a temática étnico-racial. No entanto, somente uma análise mais aprofundada dos conteúdos das disciplinas e de outras propostas de atividades desenvolvidas pelos cursos de Geografia das instituições em foco poderá nos fornecer subsídios para verificarmos se de fato os objetivos da referida legislação estão sendo atingidos.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sânzio Araújo dos. A geografia, a África e os negros brasileiros. In: MUNANGA, K. (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da



Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1999. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo\\_escola.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf). Acesso em: 22 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**, 2004. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MENDES, Raquel Almeida e RATTS, Alex. O lugar da África no Ensino de Geografia. In: ENANPEGE. A Geografia Brasileira na Ciência-Mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento. São Paulo. **Anais Eletrônicos** [...], 2017. Disponível em:  
[http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562639374\\_ARQUIVO\\_MENDES\\_RA\\_TTS\\_TRABALHOENANPEGE.pdf](http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562639374_ARQUIVO_MENDES_RA_TTS_TRABALHOENANPEGE.pdf). Acesso em: 05 fev. 2022.

PASSOS, Joana Célia dos, e NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. O lugar das relações étnicorraciais na geografia. **Terra Livre**. São Paulo, Ano 31, Vol.2, n 47, 2016, p. 114-147. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/1272>. Acesso em: 25 jan. 2022.

PRIMO, Fernando.; RATTS, Alex. **Geografia, Educação para as Relações Etnicorraciais e formação docente: questões e proposições**. In: Cicera Nunes; Francisco Joedson da Silva Nascimento; Thiago de Abreu e Lima Florêncio; Wilma de Nazaré Baía Coelho. (Org.). A Escola de Educação Básica e a Educação para as Relações Étnico- Raciais. 1ed.Fortaleza-CE: Parentes, 2022, v. 1, p. 152-166.

PRIMO DO NASCIMENTO, F. J. Os cursos de Geografia e a educação para as relações étnicorraciais. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 19, n. 38, 2023. DOI: 10.5418/ra2023.v19i38.15699. Disponível em:  
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/15699>. Acesso em: 29 set. 2023.

RATTS, A. J. P. et al. Representações da África e da população negra nos livros didáticos de geografia. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 8, n. 1, p. 45-59, 2006. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/89>. Acesso em: 29 set. 2023.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnicorraciais: o negro na Geografia do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

SANTOS, Sales Augusto dos. Uma Contribuição Crítica ao “Ensino da Educação das Relações Étnico-Raciais” nas Ciências Sociais. **Revista TOMO**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 35, p. 251-292, jul./dez. 2019. Disponível em:  
<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/10854>. Acesso em: 28 jan. 2022.

SIQUEIRA, Diogo Marçal e CORREA, Gabriel Siqueira Correa. A questão Étnico-racial na Geografia Brasileira: um Debate Introdutório sobre a Produção Acadêmica nas Pósgraduações. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em**

XV  
ENAN  
PEGE

ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA EM GEOGRAFIA



**Geografia (Anpege)**. p.29-58, V.10, n.13, jan-jun.2014. Disponível em:  
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6476>. Acesso em: 28 jan 2022.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **Novas bases para o Ensino da História da África no Brasil**. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. Disponível em:  
<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/10/me000376.pdf>. Acesso em: 28 de set. 2023.